

Nova recomendação para vacina em grávidas: "Afasta eventual risco de trombose", diz infectologista, sobre segunda dose da Astrazeneca após puerpério

O Ministério da Saúde orienta que a segunda dose da vacina Astrazeneca seja aplicada após os 45 dias do puerpério nas mulheres que receberam a primeira dose na gestação. "Medida sensata", avalia especialista

3 min de leitura

• SABRINA ONGARATTO, DO HOME OFFICE
20 MAI 2021 - 13H12 ATUALIZADO EM 20 MAI 2021 - 17H26

Na noite desta quarta-feira (19), o Ministério da Saúde divulgou uma nova recomendação para as gestantes e puérperas — incluindo as sem fatores de risco adicionais — que receberam a primeira dose da vacina Astrazeneca.

A orientação é "aguardar o fim da gravidez e do **puerpério** (que compreende o período de até 45 dias após o parto) para tomar a segunda dose" para completar o esquema vacinal.

+ Trombose na gravidez: quais são os riscos?

O uso do imunizante foi **suspenso temporariamente** para esse público por recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A principal motivação foi a morte de uma gestante do Rio de Janeiro, após ter sido vacinada com o imunizante. A possível relação com a vacina ainda está em investigação. Segundo o Programa Nacional de Imunizações (PNI), até o dia 10 de maio, mais de 15 mil grávidas foram vacinadas com a AstraZeneca no Brasil.



Gestantes e puérperas devem tomar a segunda dose da AstraZeneca somente 45 dias após o parto (Foto: Getty)

Opinião de especialista

Para o infectologista e pediatra Renato Kfoury, presidente do Departamento de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), a decisão do Ministério Público é "uma medida sensata, cautelosa e conservadora, no sentido de ter mais informações para que se possa voltar a imunizar com mais certeza de que o benefício da vacina é maior do que o risco". Segundo ele, a aplicação após o período de 45 dias do parto é mais segura, pois afasta a mulher do eventual **risco de trombose**, que existe em todas as gestações. "Apesar de o risco da vacina ser um fenômeno trombótico diferente, autoimune, do que aquele que as gestantes costumam ter mais risco, é melhor mesmo investigar. Até porque dispomos, atualmente, de outras duas vacinas no Brasil. Então, a decisão do Ministério da Saúde de suspender a aplicação da AstraZeneca para se avaliar melhor esses dados faz todo sentido", afirmou. Já em relação à vacinação das grávidas sem comorbidades ou fatores de risco, o médico afirmou que 'está sendo reavaliado'.

Grosso modo, a trombose surge quando um coágulo se forma dentro de uma veia ou artéria, o que dificulta a circulação. Na gestação, em casos extremos, pode levar ao comprometimento da placenta, com altos riscos para o bebê, ou à embolia pulmonar, um quadro respiratório grave, quando o coágulo se desprende e acaba parando em uma artéria, impedindo o fluxo de sangue para o pulmão. Apesar de não ser comum, a incidência aumenta na gravidez, principalmente em mulheres que têm predisposição genética, estão acima do peso ou já tiveram o problema anteriormente.

+ Vacina da AstraZeneca é suspensa para grávidas e causa polêmica entre especialistas

"De olho" nos sintomas

O Ministério da Saúde também está orientando as gestantes e puérperas que já receberam a vacina da AstraZeneca/Oxford/Fiocruz, que procurem atendimento médico imediato se apresentarem, nos 4 a 28 dias seguintes a vacinação, algum desses sintomas: falta de ar; dor no peito; inchaço na perna; dor abdominal persistente; sintomas neurológicos, como dor de cabeça persistente e de forte intensidade, borrada, dificuldade na fala ou sonolência; ou pequenas manchas avermelhadas na pele além do local em que foi aplicada a vacina.

Apesar disso, o Ministério da Saúde afirma que "o benefício das vacinas em gestantes e puérperas se mantém favorável, considerando que o risco de morte por covid-19 no Brasil é 20 vezes superior ao risco de ocorrência de trombozes, em 2021". No momento, a recomendação da pasta é de que apenas gestantes e puérperas com comorbidades sejam vacinadas contra a Covid-19. Além disso, devem ser usadas somente a Coronavac, produzida pelo Instituto Butantan, ou a vacina da Pfizer/BioNTech. Eitan Berezin, presidente do Departamento de Infectologia da Sociedade de Pediatria de São Paulo (SPSP), esclarece que "a vacina da Pfizer já alguma publicação sendo utilizada em gestantes sem efeitos adversos importantes; já a Coronavac é uma vacina de vírus inativado, portanto, uma plataforma mais conhecida e sem descrição de efeitos adversos", diz.

Mesmo que não tenham doenças pré-existentes, grávidas e puérperas que já tenham recebido a primeira dose da vacina do Butantan ou da Pfizer, devem completar o esquema com o mesmo imunizante, no intervalo recomendado de quatro e 12 semanas, respectivamente. Já as gestantes e puérperas pertencentes a outros grupos prioritários (trabalhadoras da saúde ou de outros serviços essenciais, por exemplo), poderão ser vacinadas após avaliação individual de risco e benefício a ser realizada em conjunto com o seu médico.

+ Covid-19: mortes de grávidas e puérperas em 2021 já ultrapassam total de 2020